

Economia Brasil

Brasil 93

Os sinais de retomada da economia

por Getulio Bittencourt

de Nova York

O Brasil vive um difícil período de transição, com grande turbulência política, admitiu ontem o presidente do Banco Central do Brasil, Francisco Góes. "A turbulência nos fez perder tempo? Sim. Perdemos tempo, mas não perdemos terreno com as reformas dos últimos dezoito meses", lembrou.

Góes falou para uma plateia de 180 empresários norte-americanos reunidos no seminário "Brasil 93", promovido no hotel Marriot Marquis por este jornal, o Banco do Brasil, a Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andima) e a Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (Cetip), com a colaboração do Conselho das Américas.

O seminário foi aberto pelo embaixador do Brasil em Washington, Roubens Ricúpero, que ressaltou novas alianças. O Japão retomou empréstimos oficiais ao Brasil, que estavam bloqueados há sete anos. Acordos foram assinados para regularizar a dívida oficial do País com os Estados Unidos, a França e o Canadá. E há outras.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) prometeu a carta para viabilizar o Plano Brady de redução da dívida bancária brasileira. As reservas em moedas fortes equivalem a vinte meses de importações. E apesar de frágeis "as instituições políticas brasileiras, severamente testadas pela crise, vão agora se consolidar", disse ele.

Mas Ricúpero reconheceu que "a democracia e o crescimento econômico são incompatíveis com a inflação desgovernada, como a Alemanha e a Áustria aprenderam na década de 20 e nós estamos aprendendo dolorosamente agora". A agenda de 1993 também está carregada, com a reforma constitucional e o plebiscito sobre a forma de governo. "Vai ser difícil estabilizar a economia com esse cronograma, mas nós temos apenas a chance de ter sucesso ou de escorregar para desvios perigosos", afirmou o embaixador. "Existe, por exemplo, a tentação de supor que a hiperinflação toma conta de si própria, como aconteceu na Argentina. Produz uma destruição tal que a população se convence da necessidade de reformas estruturais. Mas esse é um caminho difícil", avisa.

Góes também destacou em sua palestra o teste de força que as instituições brasileiras atravessam no momento, "com o mandato presidencial desafiado e o Congresso e as cortes de Justiça funcionando normalmente, sem instabilidade militar. Não é um pequeno feito em nossa parte do mundo".

Ele afirmou que, ao mesmo tempo, a política econômica brasileira mostra sinais de vitalidade. A política monetária continua aberta. O superávit primário do Tesouro permanece mensalmente firme. As reservas são recordes. O comércio externo também bate recordes. O investimento estrangeiro já chegou.

Além disso, o Plano Brady de redução da dívida bancária do País, a seu ver, é algo extremamente sólido. "Ninguém vai querer começar a negociar esse pesadelo todo outra vez, nem os bancos nem os brasileiros", disse ele com bom humor. Mas existem problemas, e Góes destacou a inflação ainda demasiadamente alta e talvez o seu principal fator, a falta de uma reforma fiscal.

"Vivemos um momento difícil de transição", explicou, "porque os políticos estão voltados para os assuntos políticos e estão sem tempo para os temas econômicos. Apesar disso, repto que não perdemos terreno, porque as reformas já feitas, e não foram poucas, continuam de pé. O problema é que não imprimimos dólares, e a ajuda maneira de retomarmos o crescimento sem muita inflação é com a reforma fiscal."

O negociador-chefe da dívida brasileira, Pedro Malan, diria em seguida que o Plano Brady do País implícita escolha balanceada dos bancos em relação às sete opções disponíveis, que descreveu rapidamente. "O comitê assessor de bancos sabe exatamente o que entendemos por escolha balanceada, embora os números não estejam na minuta do acordo", afirmou.

A minuta inclui, no entanto, o direito de o Brasil não aceitar a escolha dos bancos, se não a considerar bem distribuída, entre as opções. "Nossa intenção foi acelerar o processo, porque a Argentina, que não teve uma cláusula assim, demorou 45 dias para convencer os bancos a fazer uma escolha mais equilibrada", lembrou Malan.

Ele confirmou que os compradores de PFA (acordo paralelo de financiamento) até a data do acordo em princípio (9 de julho último) não serão prejudicados e terão os mesmos direitos dos detentores originais do papel. Malan acrescentou que o governo brasileiro e o comitê reduziram proporcionalmente o direito à conversão de dívida por investimento prevista nesse título, que era de

Seminário para americano

Com o apoio de várias entidades brasileiras e internacionais, a Gazeta Mercantil realizou em Nova York, durante todo o dia de ontem, o seminário "Brasil 93" (ver ao lado).

Autoridades e empresários brasileiros fizeram palestras, seguidas de debates sobre aspectos diversos da economia brasileira.

Entre os temas apresentados constavam investimentos externos e diretrizes do Banco Central do Brasil, a questão dos empresários e a busca da modernização econômica do País, o papel do mercado de capitais no fortalecimento das empresas brasileiras, as próximas etapas do programa de privatização e as regras que a regem.

A segurança do sistema financeiro no Brasil — o caso de liquidação e custódia — foi outro tema, apresentado pela Andima, que mostrou o desempenho e as vantagens do sistema Cetip.

cerca de US\$ 1,8 bilhão sobre os US\$ 5,2 bilhões previstos de dinheiro novo em 1988.

Como só houve de fato US\$ 4,6 bilhões de dinheiro novo desembolsado, a porção de investimento do PFA caiu para US\$ 1,59 bilhão na minuta do Plano Brady. Os bancos terão de informar em seu telex ao comitê assessor se preferem converter seu PFA no bônus de dinheiro novo ou no bônus de conversão denominado em cruzeiros, não transferível, que poderão ser usados para capitalização de subsidiárias no Brasil.

O diretor da área externa do Banco Central, Arminio Fraga, historiou a desregulamentação da economia em curso no que se refere ao capital estrangeiro. Referindo-se ao precedente do direito anglo-saxão segundo o qual o que não é proibido é permitido, lembrou que no Brasil o que não é permitido é proibido. "Deveria ser o contrário, e é o que estamos procurando fazer", concluiu.

